

São Paulo cidade transatlântica: memória afro e resistência quilombola¹

Claudelir Correa Clemente UFU/MG

Palavras-chave: São Paulo, memória afro, quilombo

Introdução

A cidade de São Paulo ainda é, em pleno século XXI, dominada por valores coloniais que rechaçam as origens africanas da capital paulista.

Quando lançamos um olhar antropológico atento ao passado colonial da maior metrópole brasileira, constatamos que há camadas de experiências afro vividas no período colonial, soterradas por diferentes fatores: transformações urbanas mal planejadas e impactos de grandes empreendimentos imobiliários e metroviários. Além de serem invisibilizadas e muitas vezes negligenciadas por políticas eurocêntricas de patrimônio cultural.

Um dos objetivos desta comunicação é provocar o debate científico em torno do legado africano na São Paulo colonial e suas conexões com os dias atuais, já que contemporaneamente muitos coletivos afro-paulistanos lutam por uma cidade antirracista e por reconhecimento das contribuições das populações negras na formação da cidade.

Parte da pesquisa que gerou este trabalho é composta de releituras de obras que apresentam análises sobre a presença negra no período colonial brasileiro. Inicialmente reli partes do livro *Fluxo e Refluxo: do tráfico de escravos entre Golfo do Benim e a Bahia de Todos-os-Santos do século XVII ao XIX*, de autoria de Pierre Verger (1987) na sequência reli o livro *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana* de autoria de Roger Bastide e Florestan Fernandes (1959).

Essas releituras estimularam meu interesse na presença negra na São Paulo quinhentista e seiscentista, já que nesses períodos eram exíguos o número de brancos e o de negros.

Sabemos que São Paulo desde sempre foi indígena (MONTEIRO, 1994).

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

Procurei realizar uma reconstituição histórica preliminar, assente em investigações de fontes documentais coloniais, veiculadas por meio digital no site da Biblioteca Nacional². Importante destacar que esta documentação colonial e escravocrata composta de cartas, relatos e de observações de cronistas e viajantes, são exemplares no registro de fatos, feitos e glórias da minoria branca. Esta documentação se fecha no silêncio etnocêntrico, com ínfimas descrições da condição indígena e africana.

Concomitantemente, ao estudo bibliográfico e documental, realizei inserções etnográficas em ações sociais organizadas pela população de regiões paulistanas reconhecidas por seus patrimônios culturais afro. Assim, frequentei o bairro de São Miguel Paulista, que no período colonial foi um aldeamento indígena, chamado São Miguel de Ururay. Atualmente, é onde se localiza a Capela São Miguel Arcanjo, cuja construção iniciou no século XVI e foi tombada pelo Sphan³, em 1938. Acompanhei também ações no bairro da Penha, sede da Igreja Nossa Rosario do Homens Pretos da Penha, bem cultural almejado no século XVIII pela Irmandade dos Homens Pretos de São Paulo, teve petição por construção no século XIX e foi tombada pelo Condephaat⁴ em 1982. E por último, passei a frequentar reuniões e eventos culturais de coletivos afro da região central paulistana, mobilizada pela descoberta de ossadas dos tempos da escravização no bairro da Liberdade e pelos vestígios arqueológicos do Quilombo Saracura no bairro do Bixiga.

Evidências materiais existem confirmando a São Paulo transatlântica que em tempos coloniais já possuía resistências afro, experiências de quilombamento que se construíram através de inúmeras estratégias de organização, irmandades, associação, aliança, solidariedade e reciprocidade, gestadas pela luta negra.

Portanto, diante destas constatações ampliei o escopo analítico. Beatriz do Nascimento abre as miradas, com sua reflexão genuína sobre a invisibilidade negra na historiografia brasileira. Certa vez, ela comentou em uma entrevista:

² Acervo especial de obras raras da Biblioteca Nacional <https://antigo.bn.gov.br/>

³ Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional criado em 1937, foi a primeira denominação do órgão federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro. Sobre o tombamento ver https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/sao_miguel_paulista/noticias/?p=16075

⁴ Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, órgão vinculado ao Governo do Estado de São Paulo. Sobre o tombamento e demais informações ver: <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/igreja-de-nossa-senhora-dos-rosario-dos-homens-pretos/>

“A história do Brasil foi escrita por mãos brancas. Tanto o negro quanto o índio não têm sua história escrita, ainda. Isso é um problema muito sério, porque a gente frequenta universidade, frequenta escola, e não temos uma visão correta do passado do negro”⁵.

Das contribuições bibliográficas africanas, concentramos sobre as teorias do antropólogo costa-marfinense, de ascendência Akan, Georges Niangoran-Bouah (1978) e do historiador costa-marfinense Pierre Kipré (2010) que apresentam um conjunto de estudos que tratam de uma África anterior a colonização europeia, o que, para a escrita deste trabalho, foi de suma importância, permitindo destacar a grande relevância dos povos Akan e Gã para a compreensão das primeiras etnias africanas que contribuíram para a formação do Brasil.

Pretende-se ir além do sistema de classificação étnica colonial, que se baseia nas regiões africanas de procedência dos escravizados – Angola, Benguela, Guiné e Mina.

Acerca da intelectualidade afro-brasileira, recorreremos aos pensamentos de Beatriz do Nascimento (2021), Clóvis Moura (2021) e Lelia Gonzalez (1979), por suas perspectivas afrocentradas e decoloniais e por reforçarem a importância da resistência negra, criadora de quilombos e de formas de quilombolamento desde tempos imemoriais, seja no continente africano pré-colonial, seja no Brasil.

Há uma pertinência em fomentar o debate sobre a presença afro na São Paulo colonial no campo antropológico, pois é importante saber sobre a etnicidade e as culturas das populações escravizadas em solo paulistano, devido, sobretudo, ao fato que há por parte dos movimentos e diversos segmentos da população negra paulistana uma busca por reconhecimento de suas lutas ancestrais e de bens culturais materiais e imateriais, aos quais são atribuídos sentidos identitários.

A presença negra na São Paulo colonial

“A visão que o mundo ocidental procurou transmitir da África foi a de um continente isolado e bizarro, cuja história foi despertada com a chegada dos europeus. (...) numerosas foram as formas de resistência que o negro

⁵ RESÍDUO. **Beatriz Nascimento**. Canal Brasil. Rio de Janeiro: Canal Brasil, 4 jul. 2023. Série documental, episódio 1. Trecho disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xxkBDmWi_xM. Acesso em: 27 abr. 2024.

conservou ou incorporou na luta árdua pela manutenção da sua identidade pessoal e histórica.”

(Beatriz Nascimento)

Foi na condição de escravizadas que as populações africanas conheceram a perversidade da colonização europeia que as racializou como negras e as lançou além-mar, em navios negreiros, sequestrando-as majoritariamente para as Américas:

[...] em proveito do tráfico atlântico (século XV ao XIX), homens e mulheres originários de África foram transformados em homens-objecto, homens-mercadorias e homens-moeda. Aprisionados no calabouço das aparências, passaram a pertencer a outros, que se puseram hostilmente a seu cargo, deixando de ter nome ou língua própria (MBEMBE, 2017 p. 12).

É sob esse contexto macabro que algumas fontes consultadas para escrita do presente trabalho indicam que já no século XVI havia africanos em São Paulo. Eram pessoas importadas da África Ocidental pela família Schetz de Antuérpia (MONTEIRO, 1994). Tudo aponta para a presença na cidade de um ou outro membro de povos de culturas milenares, sendo mais provavelmente advindos dos reinos de Akan, Mandingo e Angolares⁶ (DAVEAU, 1962; NIANGORAN-BOUAH, 1978; KIPRÉ, 2010).

No século XV, os reinos de Akan e Mandigo, estariam localizados na região que ficou conhecida como Costa da Mina, e os Angolares na ilha de São Tomé e Príncipe, localizados no Golfo da Guiné. Regiões exploradas por portugueses e demais europeus, como a já citada família Schetz de Antuérpia, pois como os demais nobres europeus “[...] estavam imbricados nas redes mercantis que envolviam Portugal e seus espaços ultramarinos desde fins do século XV”, como aponta Vilardaga (2022, p. 185).

De acordo com Kipré (2010 p. 362), na costa atlântica africana:

De 1471 a 1480, a região que vai do cabo Palmas à foz do Volta foi explorada pelos portugueses, que entraram em contato com as populações locais; já em 1481 começaram a construir o forte de São Jorge da Mina (Elmina), que lhes garantiu o controle efetivo sobre o comércio costeiro.

⁶ É a denominação corrente entre os séculos XV e XIX para identificar grupo de africanos e africanas que se insurgiram contra a escravidão na atual ilha de São Tomé e Príncipe, arquipélago do Golfo da Guiné. Há, porém, outras versões que podem ser verificadas em Suzanne Daveau (1998).

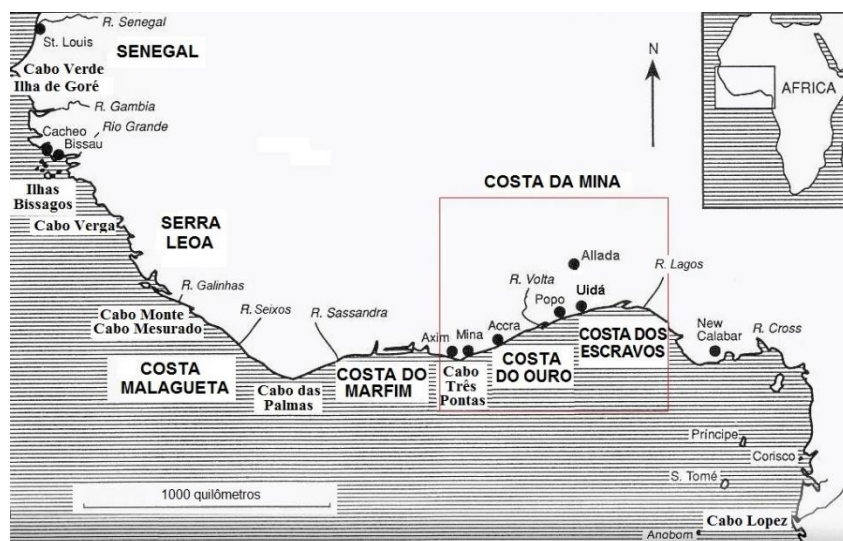
O comércio de escravizados em direção ao Brasil teria começado nesse local. Mas, o tráfico mais significativo ocorreu a partir do século XVII, quando, na cidade de São Paulo intensifica-se a presença negra. A polvorosa dos paulistas em torno das minas de ouro supostamente descobertas por Afonso Sardinha, que morava próximo ao rio Pinheiros (VILARDAGA, 2013), foi um dos fatos que abriram as negociações que promoveriam a vinda em massa de africanos para a capital. Tanto que isso é reafirmado na pioneira obra socioantropológica sobre a população negra da cidade de São Paulo, *Branços e Negros em São Paulo* de Roger Bastide e Florestan Fernandes (1959, p. 7), os autores confirmam o aumento do contingente negro em território paulista: “É pelos fins do século XVII, com a localização de minas auríferas pelos paulistas, que começa a se formar o primeiro fluxo regular e apreciável de escravos negros para estas regiões”.

Goulart (1975, p. 137), uma das fontes de Bastide e Fernandes (1959), ressalta:

Também em S. Paulo a situação era de penúria de africanos, como confessava em 1713 o governador da capitania, D. Braz Baltazar da Silveira, endossando junto ao rei o pedido dos moradores: “...pretendem que V. M. lhes faça a mercê de permitir que à Vila de Santos venham em direitura navios de Angola e Cabo Verde com escravos de que necessitam, assim para o serviço das lavouras como para as minas”.

No século XVII, a Costa da Mina era a região provedora do comércio de escravizados. Esse perfil foi ampliado devido às disputas entre as nações europeias por esse local, que acabou subdividido em Costa do Ouro, Costa dos Escravos e demais “costas”, conforme demonstra o mapa.

Mapa - Costa da Guiné no século XVII.



Fonte: Práticas Religiosas da Costa da Mina/Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA.

O tráfico de escravos teve grande impacto sobre os povos e culturas africanas. Como destacou Mbembe (2017, p. 12), essas pessoas “[...] passaram a pertencer a outros, que se puseram hostilmente a seu cargo, deixando de ter nome ou língua”.

Ou seja, nos mercados de escravos instalados na proximidade do litoral africano elas tiveram suas origens desmerecidas. Foram classificadas de acordo com a perspectiva ocidental que lhes conferiu origens vinculadas aos locais onde foram mantidos em cativeiros – por isso os termos de procedência de escravizados Angola, Benguela, Guiné, Mina, que se referem ao porto ou à região de captura e venda de africanos. Depois de um tempo nesses locais, essas pessoas eram transportadas em condições subumanas para o Brasil, sendo então escravizadas.

Nesse sentido, para além das denominações ocidentais que identificaram os escravizados, a costa atlântica africana, desde tempos imemoriais, atraiu uma pluralidade de sociedades de culturas singulares. Entre elas, o cultivo da mobilidade é algo antigo, configurando-se um dos preceitos que norteiam as experiências socioculturais africanas.

No contexto pré-colonial muitos povos africanos migravam e se instalavam por longos períodos nessa região. Entre eles destacam-se aqueles que se encontravam na costa atlântica no período colonial cujos membros foram capturados e escravizados na mineração do Sudeste brasileiro, incluindo a cidade de São Paulo.

Assim, muitos escravizados classificados de forma genérica como “escravo mina” ou “negro mina”, podem pertencer a povos que estavam nas regiões litorâneas da África entre os séculos XVI e XVII, constatamos que neste período povoavam a região os povos Akan (PERSON, 2010, KIPRÉ, 2010) e Gã, que no Brasil foram vulgarmente identificados pelos brancos europeus como “escravos mina”.

A sociedade Akan, que atualmente é um grupo étnico significativo em países como Costa do Marfim e Gana, merece aqui um breve destaque. Conhecidos pelo culto ao ouro, os akan acumulavam muitos conhecimentos sobre esse metal precioso, tendo contribuído para o sucesso da mineração brasileira. Desde que os portugueses se

instalaram na Costa Mina, no século XV, os akan negociavam com eles⁷, mas também foram por eles escravizados. De acordo com o antropólogo africano Niangoran-Bouah (1978, p. 127), para a sociedade Akan o ouro “[...] é o metal dos metais, ele é mais nobre, inalterável e eterno (...Encontrar ouro na natureza é um feliz presságio)”⁸ (NIANGORAN-BOUAH, 1978, p. 127).

Envoltos na limitante designação “escravo mina”, sua contribuição na formação das populações sudestinas foi invisibilizada, porquanto apagados os seus conhecimentos sobre extração do ouro. Sobre esse processo, apontam Bastide e Fernandes (1959, p. 14):

Desde 1706 os negros importados se destinavam, na proporção de 20 para 3, aos trabalhos das minas; eles apenas transitavam por São Paulo, em sua maioria, ou eram negociados por intermediários nas zonas de mineração. Os trabalhos nas minas eram muito rudes, exigindo não só trabalhadores robustos, mas ainda contínua renovação de quadros humanos. Segundo documentos da época, os escravos mais debilitados eram escolhidos para a lavoura, enquanto os mais fortes eram remetidos para os serviços de mineração.

Na p. 14 de *Branços e negros* a nota de rodapé 34 complementa a ideia da citação acima:

Cf: Afonso E. Taunay, *Subsídios para a história do tráfico africano no Brasil*, pág. 624-626, este autor cita um exemplo: “em Goiás acontecia morrerem 100 escravos no período de um ano, coisa nunca acontecida aos agricultores”. Além das próprias condições de trabalho, terríveis e desumanas no começo, alguns autores mencionam a malignidade do clima (cf, F. J. de Lacerda e Almeida, op. cit., pág. 64).

Salienta-se que do contingente africano empregado nas áreas de mineração que se concentraram fora do perímetro de São Paulo, um número significativo para época seria escravizado no município, atuando na agricultura de subsistência e em serviços domésticos.

Do contexto colonial paulistano do século XVIII, marcado pelo trabalho rural e doméstico, há escassas informações quanto à presença africana; algumas estão disponíveis na documentação depositada no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. É o que apontam as pesquisas de Fabiana Schleumer (2011), que aprofundam

⁷ Sobre esse assunto ver Kipré (2010).

⁸ Tradução minha.

estudos sobre africanos que são mencionados nos processos-crimes de feitiçaria ocorridos na cidade. Por meio de seu artigo foi possível conjecturar a existência de algumas formas de sociabilidade afro na capital paulista daquele período. Até porque aos escravizados era negada a possibilidade de vida social, de convivências, sendo considerados apenas força de trabalho. Segundo essa autora, é necessário olhar para a São Paulo colonial como

[...] um espaço não somente de práticas e vivências indígenas, como tem afirmado a historiografia tradicional, mas também como centro de elaboração e reelaboração de valores e práticas culturais africanas; áfricas que se criaram e se recriam no bojo da sociedade paulistana colonial (SCHLEUMER, 2011, p. 9).

De fato, no decorrer do século XVIII, o negro se tornou o principal instrumento da produção econômica. Numa passagem, Bastide e Fernandes (1959 p.17) ressaltam:

Quanto à vila de São Paulo, que nos interessa particularmente por ser o próprio campo dos nossos estudos, a documentação revela que se desenvolvera relativamente, beneficiando-se particularmente com o comércio das minas de Goiás e Mato Grosso e com a exploração em escala econômica da produção agrícola e da criação. Em 1766, contaria 833 fogos e possuiria 3.820 habitantes. Os dados relativos a 1777 revelam que a população aumentara, abrangendo 4.409 habitantes, dos quais 2.423 livres (brancos, índios, mestiços e libertos) e 1.986 escravos (africanos e negros crioulos). Em média, cada proprietário possuía de 1 a 5 escravos; mas, alguns possuíam mais do que isso: havia os que tinham de 10 a 30 escravos e notam-se dois que contavam com 51 e com 104 escravos.

A tendência ao aumento da população africana iniciada nos fins daquele século ganhou ímpeto, adentrando o século XIX com intenso crescimento, sobretudo devido à grande lavoura do café e sua surpreendente vitalidade.

O plantel de escravos domésticos dos moradores da cidade continuou crescendo na primeira metade do Oitocentos, especialmente para os proprietários com negócios urbanos e rurais, ou seja, todos os índices indicam que a riqueza dos moradores da capital crescia ao mesmo tempo que se desenvolviam as novas fronteiras agrícolas (ARAÚJO, 2003, p. 127).

O *boom* cafeeiro transformou a cidade de São Paulo num território de grande efervescência, tornando-a, inclusive, centro comercial e bancário que administrava os lucros da grande lavoura.

Devido à decadência dos proprietários agrícolas das províncias do Norte um contingente significativo de sua escravaria seria comprada por cafeicultores paulistas, que também comprariam no mercado ilegal “[...] comboios, que alimentavam com os africanos importados ‘ilegalmente’ pelos traficantes e negociados no mercado do Valongo” (BASTIDE e FERNANDES, 1959, p. 36).

Em tabela elaborada pela historiadora Regiane Mattos (2006 p.103), sobre a origem de africanos batizados na capital paulista, no período de 1800 a 1850, foi identificado um número considerável de pessoas procedentes da Guiné, designação geral para quem vinha da costa atlântica da África e da região Centro-Occidental do continente.

Os estudos de (ARAÚJO, 2003; MATTOS, 2006) refletem questões discutidas por Bastide e Fernandes (1959, p. 27):

A expansão da “grande lavoura” refletiu-se diretamente na composição da população escrava, provocando, de modo bem nítido a partir do primeiro decênio do século, uma elevação progressiva na importação de escravos negros (crioulos e africanos). Os dados aqui expostos, considerando-se também os relativos a 1797 (cf. pág. 449), permitem registrar que a média de aumento anual da população escrava, com referência ao elemento negro, cresce continuamente, tornando-se esse crescimento verdadeiramente apreciável depois de 1815.

O adensamento da população negra no espaço urbano paulistano, observado na virada do século XVIII para o século XIX, significou a ampliação de formas de convivência social entre escravizados. Sabe-se que o sistema escravista apresentava determinadas regras e limites para essas pessoas, mas o que se constata é que negros e negros paulistanos aprenderam a se mover no interior dessas regras, de modo a criar alternativas de convivência e contestação.

Quilombos em São Paulo

“Onde quer que o trabalho escravo se estratificasse surgia o quilombo ou mocambo de negros fugidos, oferecendo resistência, lutando, desgastando em diversos níveis as forças produtivas escravistas, quer pela sua ação militar, quer

pelo rapto de escravos das fazendas, fato que constitui, do ponto de vista econômico, subtração compulsória das forças produtivas da classe senhorial. Dessa forma, se o aquilombamento não tinha um projeto de nova ordenação social, capaz de substituir o escravismo, em contrapartida, tinha potencial e dinamismo capazes de desgastá-lo e criar elementos de crise permanente em sua estrutura.”

(Clovis Moura)

São vários os casos mencionados por Moura (2021) de resistência quilombola espalhados pela capitania de São Paulo.

No dia 12 de fevereiro de 1809, o capitão-mor de Itu, Vicente da Costa, comunicou ao governador, capitão-general Franca e Horta, que os escravos daquela cidade e mais os de Sorocaba, Campinas, Porto Feliz e Itapetininga revoltaram-se, (MOURA, 2021, p. 38) “fustigando os seus senhores e em quilombos e em quadrilhas armados de fleixas e outras armas, atacavam os viandantes, as fazendas, roubando, matando e praticando outros insultos dentro da vila, e até mesmo formaram uma sedição na noite de Natal” (RIBEIRO, 1981 apud MOURA, 2021, p. 38).

É importante considerar que esse tipo de resistência tinha lastro no continente africano. De acordo com Beatriz do Nascimento (2021), na África Centro-Ocidental, porém, já existia entre povo Imbangala, de Angola, a instituição *kilombo*. A historiadora acrescenta: “[...] o acampamento de escravos fugitivos, como quando alguns Imbangala estavam em comércio negreiro com os portugueses, também era *kilombo*” (NASCIMENTO, 2021, p. 157).

Bem perto de Angola, ainda nos primórdios da colonização portuguesa na costa africana, a Ilha de São Tomé e Príncipe foi palco do mais célebre levante contra a escravidão. No século XVI, as “guerras do mato” (SCHMIDT, 2007) oporiam no arquipélago portugueses e os quilombolas angolares. Nascimento (2021), por sua vez, aponta que os portugueses, frente às insurgências nos quilombos – as primeiras em território africano e, depois, mais intensamente no Brasil do século XVII, com Palmares (AL), e do XVIII, com o Quilombo do Ambrósio⁹ (MG) –, definiram a seu modo, em

⁹ Os estudos de Jeremias Brasileiro (2017) demonstram que, por volta de 1726, em Minas Gerais, as terras de Cristais foram ocupadas por escravizados revoltosos, sob a liderança do rei Ambrósio. Àquela época, o município recebia o nome de Meia Laranja. Conta-se que esse quilombo chegou a ter mais de 15 mil negros, tendo sido o maior e o mais duradouro da história mineira. Durante o ataque pela milícia, em 1746, a mando da Coroa de Portugal, o rei Ambrósio foi morto. Os negros sobreviventes fundaram, então, um segundo

1740, o significado de quilombo. A saber: “[...] toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (NASCIMENTO, 2021, p. 152).

Para a autora, nisso se encontra, uma interpretação estereotipada de como [se] constituíam os “quilombos”

[...] reforçam-se as noções dos negros como seres primitivos, malfeitores e irresponsáveis, e dos quilombos como bandos destituídos de caráter político (...) identifica quilombos como refúgios ou valhacoutos de negros, num sentido deveras depreciativo (NASCIMENTO, 2021, p. 110).

Bastide e Fernandes (1959) ressaltam a emergência do “protesto negro”, o que nos faz considerá-lo como uma forma de aquilombamento.

O que se sabe por Bastide e Fernandes (1959) é que, na metade do século XIX, a província de São Paulo assistiu paulatinamente à desagregação do regime servil.

Se tomássemos os anos de 1850, em que o tráfico africano foi suprimido efetivamente, e de 1888, em que foi promulgada a abolição do cativo no Brasil, como pontos de referência históricos, seríamos levados a convir que desagregação do regime servil se consumara em menos de quatro décadas (...) se fez ouvir o “protesto negro”, o “não quero” dos escravos. A agitação abolicionista havia atingido as camadas populares e as próprias senzalas, conferindo aos escravos, nos derradeiros anos da existência do regime, uma ação decisiva no solapamento da ordem vigente (BASTIDE e FERNANDES, 1959, p. 46).

Muitos dos escravizados que haviam sido comprados pelos fazendeiros paulistas, eram das províncias do Norte do Brasil. Estes traziam em suas memórias as lutas e revoltas contra a escravidão. Desde a insurreição malê, em 1835, quando escravos muçulmanos tomaram o centro da cidade de Salvador, em confronto armado com forças policiais (REIS, 1986), as autoridades imperiais e os membros da “boa sociedade imperial” temiam que grandes concentrações de escravos pudessem gerar insurreições de proporções avassaladoras.

“Quilombo do Ambrósio”, localizado na divisa de Ibiá e Campos Altos, também em Minas, dizimado em 1759.

São Paulo, não escapou a isso, como constata Bastide e Fernandes (1959, p. 47), “por meio de fugas em massa, ao mesmo tempo que desorganizavam os trabalhos nas fazendas, confundiam e dificultavam a repressão legal.”

Nas fugas muitos deslocavam pela cidade de São Paulo, onde lá refugiavam-se. Na metade do século XIX, o centro urbano paulistano,

[...] se circunscrevia a algumas ruas da freguesia da Sé, que era, ao mesmo tempo, a área em que moravam as famílias mais abastadas (em 1872, por exemplo, a metade da escravaria da comarca estava nas mãos dos seus moradores e nada menos de 1.061 escravos eram ocupados em "serviços domésticos"), e em que vivia o maior contingente de pessoas livres da comarca (7.344 indivíduos, sobre 20.213, que residiam nas oito freguesias restantes) (BASTIDE e FERNANDES, 1959, p. 42).

Os poucos e curtos contatos sociais estabelecidos por mulheres e homens escravizados eram tecidos em suas convivências nas idas à rua para cumprir obrigações do trabalho escravo – abastecer as casas de seus escravizadores com gêneros alimentícios, água etc. Nesses deslocamentos também os encontros e as amizades entre negras e negros eram comuns.

De acordo com Maria Odila Leite da Silva Dias (1984, p. 114),

[...] alarmavam os moradores da cidade os contatos, que se estabeleciam, entre escravos fugidos e quilombolas, que desde o início da escravidão urbana existiram nos arredores da cidade, no vale do Anhangabaú, no Bexiga, em Pinheiros, em Santo Amaro e nos matagais, que se entremeavam às áreas mais urbanizadas, um pouco por toda parte.

Assim, nas margens, do centro urbano intensificou-se a vida comunitária entre escravizados o que fez emergir formas de solidariedade entre negras e negros, permitindo novos arranjos sociais. Aquilombando-se as margens do rio Saracura, no atual bairro Bixiga, mas também em regiões longínquas do centro urbano, a exemplo da Freguesia Nossa Senhora da Penha de França, cuja origem remonta à ação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Penha.

Na interpretação da historiadora Maria Cristina Cortez Wissenbach (1998, p. 16), desde os anos que antecederam a abolição, assim como os que a sucederam, a população negra de São Paulo já sofria preconceito racial.

Um clima acentuadamente discriminatório, uma política de vigilância constante incidiu sobre os escravos, para redobrar-se nos alforriados e negros livres. Os projetos de modernização da cidade previam o afastamento dessas populações do núcleo central, reservando a elas as primeiras áreas periféricas. Wissenbach (1998, p. 16)

Esse projeto de segregação tem suas primeiras investidas ainda no século XIX, na configuração de uma imagem nociva do negro: “Os escravos forros e homens livres negros, juntamente com os escravos fugidos que se abrigavam na cidade e entornos, não eram somente tidos como desordeiros e indisciplinados, mas também potencialmente perigosos” (WISSENBACH, 1998, p. 16).

É nesse contexto de crescimento de processos criminais contra a população afro apontado por Wissenbach (1998) que encontramos mais informações sobre a condição negra na cidade paulistana.

Pelos depoimentos arrolados nos processos criminais, é possível saber singularidades das vidas sociais de africanos e afrodescendentes anos antes da Abolição: os bairros onde moravam, os lugares de que desfrutavam de alguma convivência.

Nesses documentos vislumbra-se a região dessa vivência que na atualidade corresponde a área onde se localiza o Museu de Arte de São Paulo – MASP, instituição emblemática situada na avenida Paulista. Aos fundos do MASP, encontra-se a avenida Nove de Julho onde subterraneamente está canalizado o rio Saracura e local que foram encontrados, recentemente, os vestígios arqueológicos do Quilombo Saracura. Contemporaneamente, este quilombo histórico localiza-se no bairro do Bixiga, especificamente no local da então tradicional sede da escola de samba Vai Vai, inclusive, demolida para dar passagem às obras da linha 6 do Metrô.

De acordo com Wissenbach este espaço, outrora foi conhecido como bairro Caaguaçu(1998, p. 137):

Situado no começo da Estrada do Santo Amaro, o bairro Caaguaçu ou altos do Caaguaçu demonstrava, na época, significativa concentração de africanos, alguns forros e outros emancipados durante os anos de 1860. No local que mais tarde passaria a ser chamado de espigão da Paulista e se transformaria em zona nobre, por excelência, da aristocracia cafeeira, em 1872, moravam numa mesma vizinhança: Margarida Azevedo Marques, de nação mina (...) casada com Sabino José da Graça, liberto do

Maranhão; Antonio Mina (...); Elias Palhares (...) natural da mesma nação africana.

Em pesquisa de Francisco Scarlato (1988, p. 71), a região também é mencionada como de forte concentração de população negra.

Os negros concentravam-se mais na parte baixa da região da Grotá: nas casas de cômodos da Almirante Marques Leão. Segundo relatos encontrados na obra de Ernani Silva Bruno, a região da Grotá, desde o período escravagista, já era procurada pelos negros fugitivos, onde chegavam a formar “quilombos”. Essa tradição de lugar de negros marcou a rua Almirante Marques Leao, chegando a ser discriminada por muitos moradores italianos arrivistas.

De acordo Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982, p. 15):

Desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são as moradias amplas situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães mato, capangas etc. (...) Já o lugar natural de negro é o oposto, evidentemente as favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjunto habitacional.

A reflexão de Gonzalez e Hasenbalg (1982), ressoa nas pautas do ano de 2024 dos coletivos afro, pois da São Paulo colonial à São Paulo contemporânea ainda se constata desigualdades raciais na ocupação e uso da cidade. A grande problemática para estes coletivos é que, neste século XXI, a questão da presença afro no período colonial paulistano é questionada, na sua existência e na sua validade, nos círculos de investidores que cobiçam principalmente as áreas nobres da capital.

Há em curso uma série de narrativas e ações que buscam destituir as populações negras do direito de morar e conviver em bairros paulistanos de classe média e alta. Isso se assevera em espaços que concentram grupos mais organizados de expressões afro-brasileiras significativas para a heterogeneidade cultural da cidade e em locais onde foram feitas descobertas de bens materiais e imateriais que denotam a origem negra de São Paulo.

Nos últimos anos, em territórios devassados por grandes projetos metroviários e imobiliários, um conjunto de vestígios materiais de africanos e afro-brasileiros escravizados no período colonial tem sido desenterrado.

Contrariando as elites empresariais, que apostavam num apagamento irreversível das culturas negras ancestrais da memória paulistana, eis que seus resquícios se apresentam à luz da contemporaneidade em bairros da capital paulista. É o caso do supracitado bairro do Bixiga, no qual foram encontrados vestígios do Quilombo Saracura¹⁰ em meio às obras de uma nova linha do Metrô, projeto liberado pelo grupo transnacional Acciona.

No vizinho bairro da Liberdade, durante as escavações de um empreendimento imobiliário, em 2018, foram encontradas ossadas dos tempos de escravidão, o que comprova a existência do Cemitério dos Aflitos¹¹, até então conhecido apenas por meio de documentos.

Mesmo diante de evidências que certificam a presença negra na São Paulo Colonial, o racismo perpetrado pelos setores mais abastados da sociedade paulistana manifesta-se em estratégias e narrativas de não reconhecimento desses bens enquanto patrimônio municipal e estadual. É possível observar, em 2024, uma morosidade explícita dos órgãos públicos municipais e estaduais, e mesmo inércia no registro desse patrimônio e em demais ações políticas e educativas para salvaguardar o espólio negro na capital paulista. Também se observa uma exacerbada visão eurocêntrica e etnocêntrica de certos quadros profissionais que atuam no patrimônio cultural lotados ou de prestadores de serviços em órgãos com sede na capital paulista, sejam municipais, sejam estaduais, sejam federais.

Guisa conclusiva

¹⁰ SILVA, Camila. Saracura: a luta pela preservação das memórias encontradas nas obras do metrô em SP. **Carta Capital**, São Paulo, 29 mai. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/quilombo-saracura-a-busca-pela-preservacao-das-memorias-encontradas-nas-obras-do-metro-em-sao-paulo>. Acesso em: 21 maio 2024.

¹¹ REIS, Vivian. Arqueólogos encontram ossadas da época da escravidão em terreno no Centro de São Paulo. **G1**, São Paulo, 6 dez. 2018 [on-line]. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/12/06/arqueologos-encontram-ossadas-da-epoca-da-escravidao-em-terreno-no-centro-de-sao-paulo.ghtml> . Acesso em: 27 abr. 2024.

É possível considerar que o privilégio racial dos brancos é um dos pontos-chave para entender o que se passa, neste ano de 2024, no campo do reconhecimento das atuais lutas negras pela memória e patrimônio cultural afro. Neste sentido, o pensamento de Lélia Gonzalez faz considerações importantes:

“[...] em todos os níveis, o grupo branco foi o beneficiário da exploração dos grupos raciais. Os aspectos culturais e políticos das relações raciais demonstram como o branco afirmou sua supremacia às expensas e em presença do negro. Ou seja, além da exploração econômica, o grupo branco dominante extrai uma mais-valia psicológica, cultural e ideológica” (GONZALEZ, 1979 mimeo).

As incursões etnográficas realizadas, neste início de século XXI, em atividades de coletivos afro-paulistanos cuja luta pela memória afro espalha-se pela cidade, revelaram a existência de resistência negra na atualidade. Buscam conhecer as especificidades do povoamento negro da capital paulista desde o século XVI até o século XIX. Os coletivos aspiram compreender as reais origens étnicas e não se contentam em ter seus ascendentes identificados com locais que serviram de cativeiros da escravidão.

Este trabalho é parte desta busca, destas aspirações, com ele, almejou-se dar os primeiros passos numa pesquisa que exigirá muito fôlego e que não se esgota nesta escrita. No entanto, o objetivo foi provocar o debate científico em torno da presença de africanos na São Paulo Colonial. O debate foi instigado.

Quiçá, novas pesquisas venham preencher as lacunas desta escrita.

Referencias bibliográficas

ARAÚJO, M. L. V. **Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos**. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. doi:10.11606/T.8.2003.tde-18012023-160736.

BASTIDE, R.; FERNANDES, F. **Brancos e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2ª ed.1959.

BRASILEIRO, J. Rei Ambrósio de Minas Gerais e o ofuscamento da história e da memória de um líder quilombola. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 9, n. 3, 2017.

DAVEAU, S. L'île de São Tomé. **Cahiers d'outre-mer**, [s.l.], n. 57, 15e année, p. 92-95, jan.-mars 1962.

DIAS, M.; SILVA, O. L. da. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984

GONZALEZ, L. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher negra. In: **National Meeting of The Latin American Studies Association**, 8., Pittsburgh, 1979. Mimeografado.

GONZALEZ, L. & HASENBALG, C. **Lugar de negro** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GOULART, M. A escravidão africana no Brasil. São Paulo: Alfa Omega, 1975

KIPRÉ, P. Das lagunas da Costa do Marfim até o Volta. In: NIANE, D. T. (ed.). **História geral da África, IV: África do século XII ao XVI**. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Editora Antígona, 2017.

MONTEIRO, J. M. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia da Letras, 1994.

MOURA, C. **Quilombos: resistência ao escravismo**. EdUESPI, Teresina, 2021.

NASCIMENTO, B. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra **Afrodiaspora**, IPEAFRO, Rio de Janeiro ano 3, n. 6 e 7, 1985

_____. **Uma História Feita por Mãos Negras**. São Paulo, Ed. Zahar, 2021.

NIANGORAN-BOUAH, G. Idéologie de l'or chez les Akan de Côte-d'Ivoire et du Ghana. **Journal des Africanistes**, [s.l.], tome 48, fascicule 1, 1978. L'or dans les sociétés Akan. p. 127-140.

PERSON, Y. Os povos da costa – primeiros contatos com os portugueses – de Casamance às lagunas da costa do Marfim. In: NIANE, D. T. (ed.). **História geral da África, IV: África do século XII ao XVI**. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010

REIS, J.J. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1885)**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

SCARLATO, F. C. **O real e o imaginário no Bexiga: autofagia e renovação urbana no Bairro**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989. doi:10.11606/T.8.1989.tde-25102021-132418. Acesso em: 2023-09-13.

SCHLEUMER, F. Recriando Áfricas: presença negra na São Paulo colonial. **Histórica**, São Paulo, v. 46, p. 1-10, 2011.

SCHMIDT, N. Les abolitions de l'esclavage : quelques repères, questions et perspectives. In **Actes du colloque national La traite négrière, l'esclavage et leurs abolitions : mémoire et histoire** 2007.

VERGER, Pierre. Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX. Salvador: Corrupio, 1987.

VILARDAGA, J. C. As controvertidas minas de São Paulo (1550-1650). **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 29, n. 51, p. 795-815, set. 2013.

_____. O morador, o estante e o proibido: flamengos em São Paulo no contexto da Monarquia Hispânica (1580-1640). **Tempo**, Niterói (RJ), v. 28, n. 2, p. 183-201, maio 2022.

WISSENBAACH, M. C. C. **Sonhos africanos, vivências ladinhas**: escravos e forros em São Paulo (1850-1888). São Paulo: Hucitec/História Social, USP, 1998.